

As chancelarias das rainhas de Portugal na Idade Média (Breves notas de investigação) *

Maria José Azevedo Santos **

Convidada, amavelmente, a colaborar nesta Colectânea de estudos dedicada ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno, decidi contribuir com um trabalho, o último que elaborei no ano de 2001, que teve a honra de ser generosamente escutado e apreciado pelo Ilustre Mestre a quem, desta forma, modesta mas sentida, tributo a minha mais elevada consideração e respeito intelectual e académico.

O mote que me foi proposto para este Encontro – As chancelarias das rainhas de Portugal na Idade Média – deverá remeter, sobretudo, para uma abordagem de natureza diplomático-paleográfica envolvendo todo um conjunto de aspectos sociais, políticos e até culturais que, necessariamente, andam associados àquelas duas ciências historiográficas.

Antes de tudo, será bom dizer que se trata de um tema pleno de interesse mas que, por infelicidade, não é sequer uma questão em aberto, é uma questão praticamente por abrir à investigação e à reflexão dos medievalistas. É certo, todavia, de que dispomos já de algumas informações, mas todas elas, muito dispersas e antigas. Na verdade, há notícias, para algumas rainhas, de chanceleres, escrivães e notários, bem como de selos, sinais rodados e assinaturas que aquelas senhoras usaram na validação dos seus documentos.

Deste modo, forçoso é citar um conjunto de autores em cujas obras, já clássicas, é possível encontrar referências úteis para o assunto em epígrafe. Primeiramente, aluda-se à obra *Memórias das Rainhas de Portugal*, do Visconde de Figanière, editada em 1859. De D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, a D. Isabel de Aragão, o Autor, com recurso frequente às fontes, impressas ou manuscritas, refere muitos oficiais que prestaram serviço em chancelarias de soberanas do Reino de Portugal.

Na mesma linha, mas prolongando o estudo no tempo, está Francisco da Fonseca Benevides que, no seu livro *Rainhas de Portugal*, de 1878, agora com reimpressão de 2000, reúne dados muito interessantes que vão, igualmente, de D. Teresa até D. Maria de Castela, 2^a mulher de D. Manuel I. De salientar, aqui, a novidade das muitas reproduções de sinais, selos e assinaturas autógrafas das nossas rainhas medievais.

Paralelamente, o investigador não deverá desprezar os sábios elementos coligidos por João Pedro Ribeiro, na sua célebre obra *Dissertações Chronológicas e Críticas* (1810-1836); António Caetano de Sousa, na sua monumental edição *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*; Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, em muitas entradas do seu *Elucidário*, e outros.

Mas, apesar de tudo isto, só em meados do século XX (1958-1962) surgirá o primeiro, e até hoje único, estudo sobre uma chancelaria régia feminina. Refiro-me à chancelaria da rainha D. Teresa, casada com o Conde D. Henrique, criteriosamente analisada pelo insigne Prof. Rui de Azevedo na sua magistral publicação *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios*.

E depois de D. Teresa?

* Este texto foi apresentado no 1º Encontro Luso-Español sobre Rainhas de Portugal organizado pelo Gabinete de História Medieval da Faculdade de Letras do Porto entre os dias 22 e 24 de Novembro de 2001.

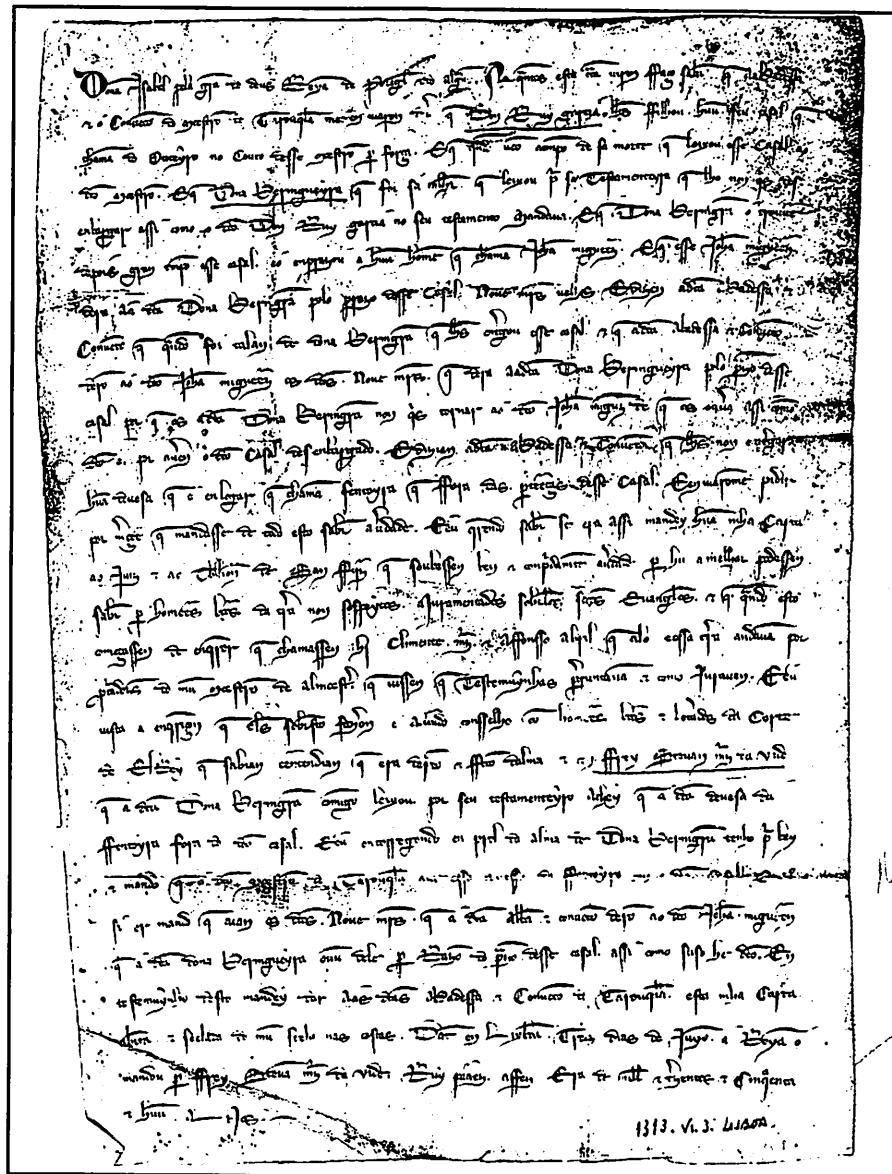
** Professora da Faculdade de Letras de Coimbra e Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

De D. Mafalda de Sabóia, mulher de D. Afonso Henriques, até D. Leonor de Lencastre, casada com D. João II, o Reino de Portugal conheceu 16 soberanas.

Cabe, então, perguntar: que conhecimento temos das chancelarias dessas senhoras? Os autores antigos, como atrás deixei escrito, deram-nos conta tão só daqueles elementos que mais chamavam a sua atenção: as marcas de validação pessoais – sinais rodados e selos – e aquelas que para além de pessoais são personalizadas – as assinaturas autógrafas.

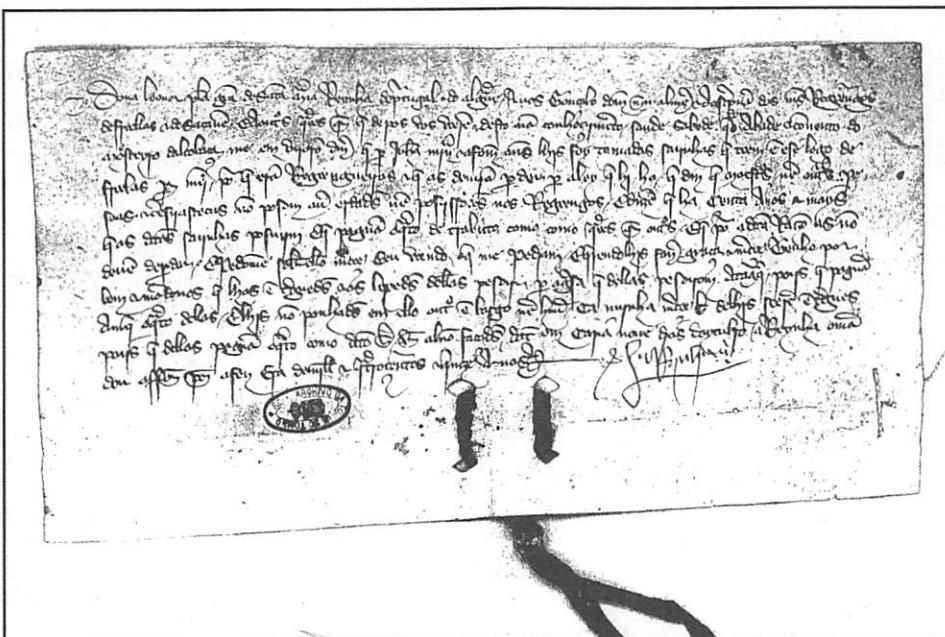
Por isso, conhecem-se, hoje, directa ou indirectamente, os sinais rodados de D. Mafalda de Sabóia, de D. Dulce de Aragão e de D. Urraca de Castela.

Sobre sigilografia, ainda que saibamos que D. Teresa e D. Sancha, irmãs de D. Afonso II, possuíram selo, o mais antigo testemunho esfragístico (1246) de uma rainha, casada com monarca português, pertence a D. Mecia Lopes de Haro, mulher de D. Sancho II. Muitas das rainhas que lhe sucederam possuíram, também, os seus selos, de cera ou de chumbo, pendentes ou de chapa. Estão neste caso D. Beatriz de Gusmão, a Rainha Santa Isabel, D. Leonor Teles e D. Leonor de Aragão.

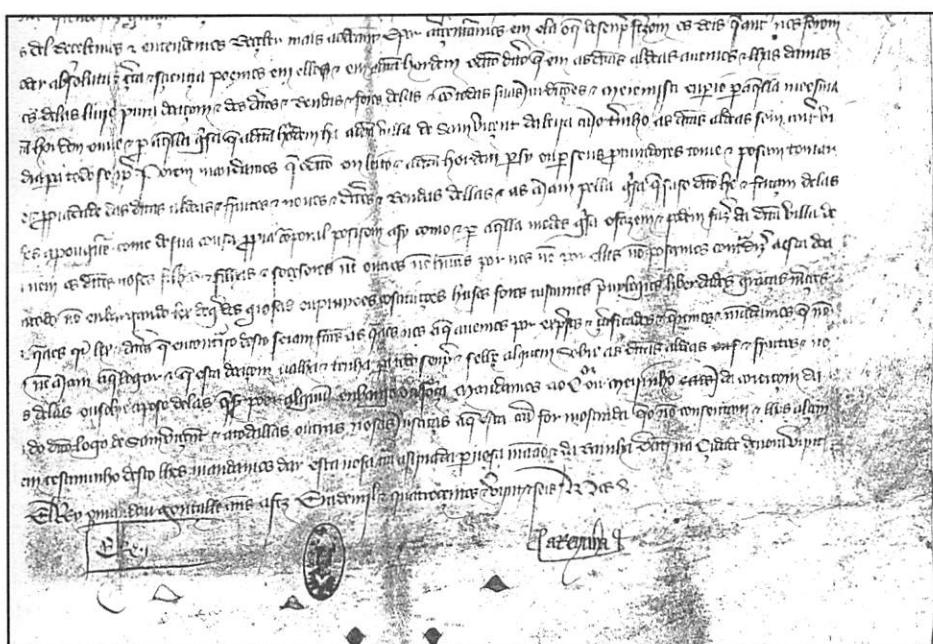


1313, Junho, 3, Lisboa – *Carta da Rainha Santa Isabel validada com "meu seelo nas costas" de que já só resta a marca no pergaminho* (T.T. – Tarouquela, c. 25, caixa 2, n.º 13, s/n.). Ao Doutor José Augusto Pizarro agradeço esta indicação.

Por sua vez, ainda de D. Leonor Teles (1371-1386), chegou-nos o mais antigo testemunho conhecido de assinatura autógrafa. Posteriormente, outras se lhe juntaram numa extraordinária prova da difusão social activa da escrita, entre mulheres nobres, na Idade Média. Com efeito, Francisco Benevides publica, em reprodução, as assinaturas de D. Filipa de Lencastre, D. Leonor de Aragão, D. Joana de Castela (2^a mulher de D. Afonso V e que assina em castelhano) e de D. Leonor de Lencastre.



1377, Outubro, 9, Caria – *Carta de privilégio da Rainha D. Leonor Teles, com assinatura autógrafa e liames do selo pendente que já não existe* (T.T. – Colecção Especial, cx. 72, m. 19, 4.^o 1).



1388, Dezembro, 20, Évora – *Pormenor de uma carta de D. João I com as assinaturas do Rei e de sua esposa, D. Filipa de Lencastre* (T.T. – Gav. 4.^a, m. 2, 4.^o 7).



S. D. [século XVII] – *Testamento de D. Joana de Castela, 2.ª mulher de D. Afonso V.*
Documento em papel escrito pela rainha, em português, e assinado em castelhano. Refriga-se o esmero de execução da escrita, bem cursivo, próprio de quem manejava com destreza a pena (*T.T. – Gav. 16, m. 1, f.º 2*)

Eis um balanço, resumido, do que se conhece.

Creia-se, pois, que há muito para fazer.

Primeiramente, partir-se-á da noção de chancelaria. Porém, este vocábulo é usado em duas acepções principais: 1. “Órgão do governo de um estado encarregado da redacção, passagem a escrito e validação dos actos que lhe eram solicitados pela autoridade de que dependia”; 2. “serviço de uma pessoa moral”. Neste caso, o pessoal de uma chancelaria, que nos habituámos a considerar relativamente complexo e numeroso, pode reduzir-se, apenas, a um notário.

Posto isto, tentar-se-á reunir todas as cartas emitidas por rainhas o que, desde logo, não é tarefa fácil. Depois, estabeleceremos a tradição dos documentos o que, sobretudo para as chancelarias mais antigas, exigirá a maior atenção dada a escassez de originais e, paralelamente, a existência de muitas cópias e até de falsos.

De seguida, e não existindo dúvidas entre os originais, indispensáveis ao estudo dos caracteres externos, e as cópias, inúteis para este estudo mas próprias para a análise intrínseca dos documentos, será, talvez, altura de interrogar os pergaminhos e os papéis.

Na verdade, uma chancelaria régia feminina falará da mulher da qual depende através daquilo que ela assumiu em cada documento concreto, ainda que, às vezes, de forma heterógrafa e distante.

Deste modo, será fundamental fazer um levantamento pormenorizado do pergaminho ou papel utilizados, dos formatos e das dimensões respectivas, da distribuição do texto, e da forma mecânica usada. Deverá merecer toda a atenção, igualmente, a tipologia, a categoria, a função e o esmero de execução da escrita praticada com vista ao estudo semiótico do documento.

É preciso, de seguida, ler, ler o texto, registar a língua e o estilo. Acompanhar, em pormenor, todas as claúsulas, essenciais e secundárias, da invocação à data, da subscrição e fórmula de devoção, às testemunhas e confirmantes, da arenga ao notário. Classificar os documentos quanto à natureza diplomática e quanto à natureza jurídica.

Será, tenho a certeza, um trabalho demorado, exigente, interdisciplinar, mas só assim poderemos atingir o estudo individual ou colectivo das chancelarias das rainhas de Portugal, na Idade Média.

Com um trabalho, de base, consistente, será possível começar a dar resposta a perguntas tão elementares como estas:

Qual o pessoal que trabalhava na chancelaria A ou B? Que laços estabeleceria com a autoridade de quem dependia?

Quais os documentos, indiscutivelmente, produto da chancelaria em análise? Haveria *regulae cancellariae*? Onde podemos detectá-las?

Quais os sinais de solenidade dos documentos? E os de cultura literária, religiosa ou laica?

Que analogias estabelecer entre as chancelarias de rainhas e de reis, ou até de rainhas entre si, em Portugal ou noutros reinos da Europa?

E que não se despreze um só aspecto das fórmulas de validação: as subscrições, as assinaturas, os sinais e os selos.

Que esperar de todo este trabalho?

1. A edição dos núcleos documentais das nossas rainhas.

2. A constituição de um *corpus sigilográfico*¹.

3. O estudo paleográfico, diplomático e cultural de toda a documentação, em particular das assinaturas autógrafas que são, para além de sinais de identidade e de identificação, os verdadeiros auto-retratos das nossas mulheres rainhas.

4. A caracterização geral das chancelarias régias femininas.

E termino com a certeza, porém, de que estamos no princípio, mas eu diria num princípio auspicioso, do estudo das chancelarias das rainhas de Portugal, na Idade Média.

Estudar este tema, será, indiscutivelmente, contribuir para um melhor conhecimento do uso da escrita como instrumento importantíssimo do poder real.

Estudar este tema, será, também, concorrer para se avaliar melhor o papel das mulheres rainhas no exercício do poder régio e na difusão social activa e passiva da escrita nas círulas medievais.

Estudar este tema, será, ainda, ocasião para podermos reforçar a convicção de que as chancelarias, incluindo as das rainhas, eram um indispensável centro de governação do Reino e importante agente da sua diplomacia.

¹ O Marquês de Abrantes, por exemplo, arrola apenas cinco selos régios femininos: de D. Teresa, rainha de Castela; de D. Beatriz e de D. Leonor de Aragão, casada com D. Pedro IV, um de cada uma; da rainha Santa Isabel noticia dois exemplares sigilográficos (*O estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1983).